



Sharing knowledge at a cafe table



12 de junho de 2015



As Políticas Nacionais de Integração do Imigrante

OBJETIVOS DO ENCONTRO

- Propiciar a reflexão sobre a legislação que enforma as políticas públicas nacionais de integração do imigrante, a partir do MIPEX 2015 para Portugal;
- analisá-las à luz da experiência local, quanto ao seu impacto, potencial e aplicabilidade;
- identificar constrangimentos, desafios, boas práticas e oportunidades no processo de contextualização/territorialização da legislação em vigor, no que toca as áreas da Habitação, da Educação, da Saúde e da Coesão Sociocomunitária;
- desenhar cenários (ótimos e péssimos) que traduzam o resultado de boas e más práticas no processo de integração do imigrante a nível local;
- perspetivar estratégias locais suscetíveis de integrar os Planos Municipais de Integração do Imigrante, por referência aos melhores cenários, numa lógica de Governação Integrada.

12 de junho, pela manhã...

Tudo a postos!





Em cada mesa, um tópico para discussão...

1º
As leis

À luz da experiência local e a partir do MIPEX 2015 para Portugal, como avaliamos a legislação que enforma as políticas públicas nacionais de integração do imigrante quanto ao seu potencial, aplicabilidade e impacto?

(Essas políticas estão traduzidas numa legislação que espelha, facilita e promove melhorias nas práticas locais efetivas e desejáveis? Há margem para melhoria nessa legislação? Há problemas de implementação?)

Em cada mesa, um tópico para discussão...

2º
Habitação,
Educação,
Saúde, Coesão
Social

Que constrangimentos, desafios e oportunidades perspetivamos na legislação em vigor, no que toca à integração local, concretamente, nas áreas da Habitação, da Educação, da Saúde e da Coesão Social?

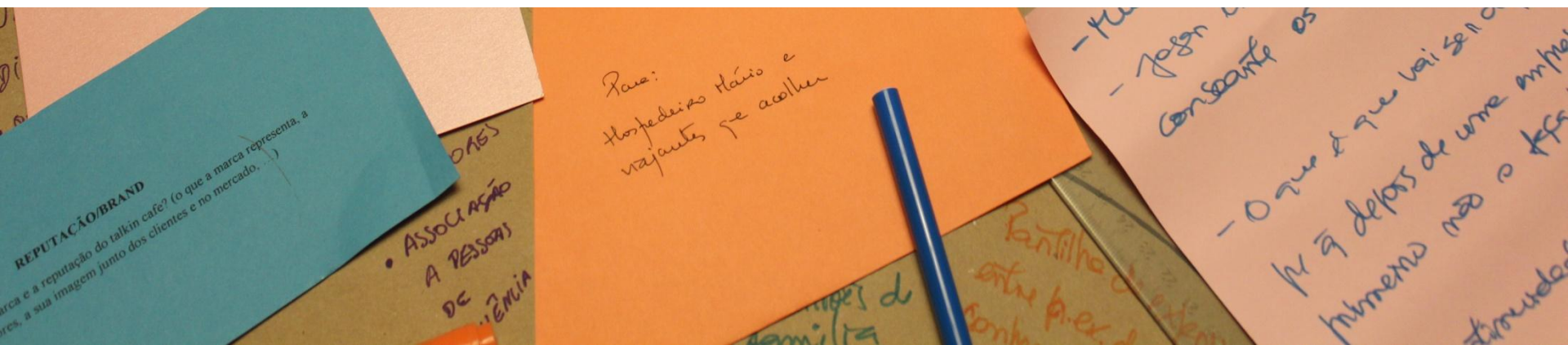
(Que constrangimentos/oportunidades das leis em si mesmas, das condições de implementação ou de contextos territoriais particulares? Que desafios e boas práticas em cada uma das áreas em análise?)

Em cada mesa, um tópico para discussão...

3º

Dois cenários
de integração:
o ótimo e o
péssimo

Como descrevemos o cenário ótimo e o cenário péssimo resultantes, respetivamente, de boas e más práticas no processo de integração dos imigrantes a nível local naquelas 4 áreas: Habitação, Educação, Saúde e Coesão Social?



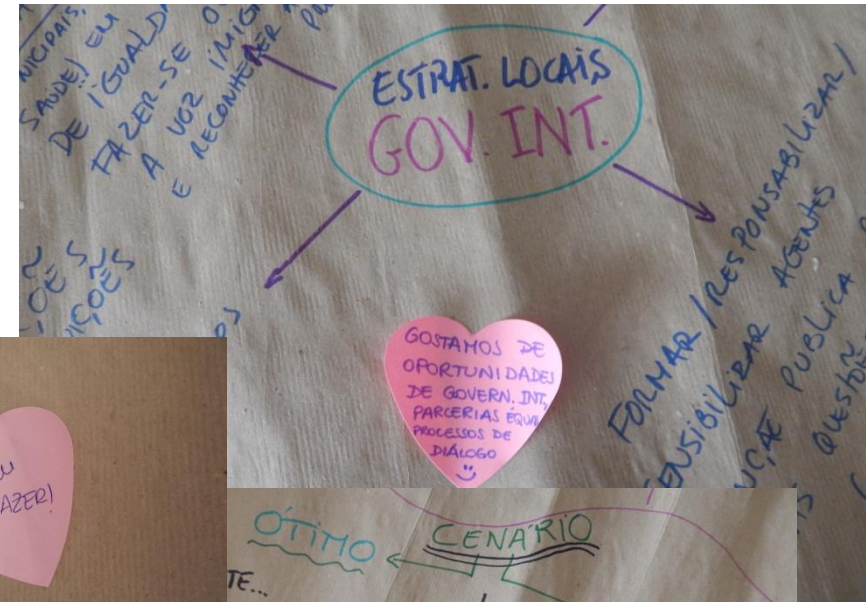
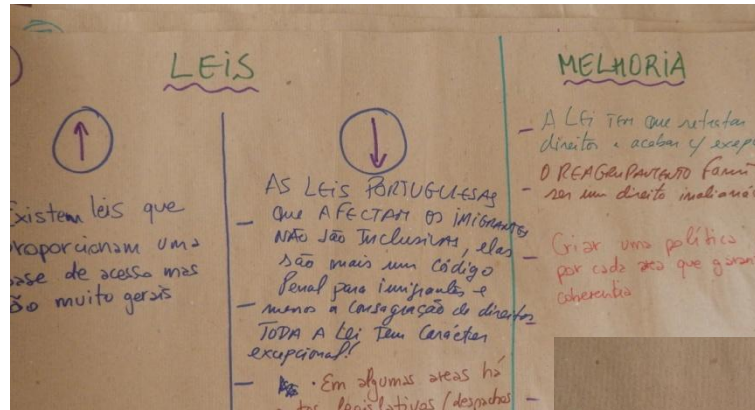
Em cada mesa, um tópico para discussão...

4º
Estratégias
locais

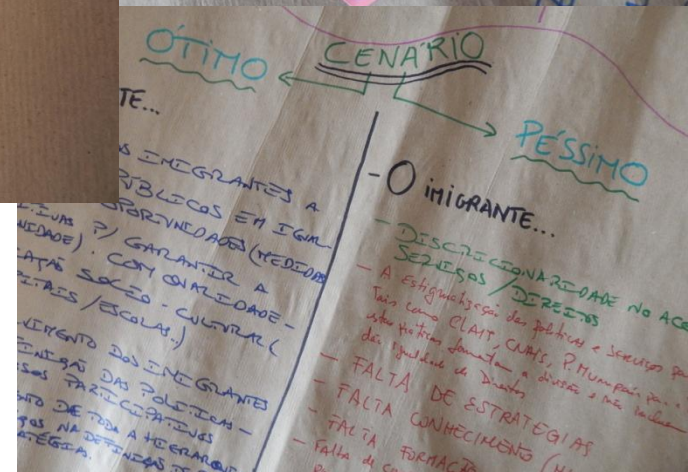
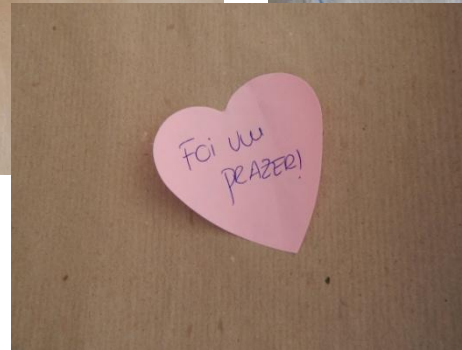
Tomando como referência o melhor cenário de integração do imigrante, que estratégias locais se poderia pôr em marcha para o operacionalizar, numa perspetiva de Governação Integrada?

(Por exemplo, ao nível do envolvimento de parceiros, das políticas de formação, da gestão de recursos, do empowerment sociocomunitário, da prevenção da exclusão, etc.)

Ideias colaborativas...

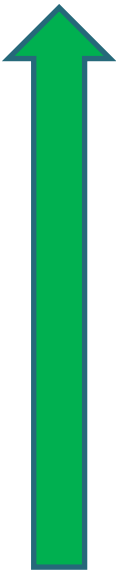



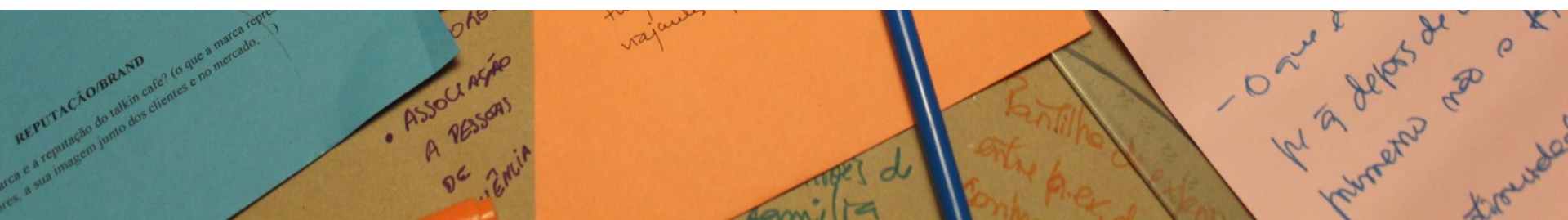
OPORT.	DESAF.	CONSTR.	
- Hab. Social auto-organizar - Centros de Acolhimento	- Dific. a conhecer a Lei na HAB. NO ASSISTENTE - Excesso de burocracia e falta de acompanhamento e a longo prazo	- DISCREPÂNCIA - Hab. Sem Contacto - DIFICULDADE AO ACESSO NO CASO	HAB.
- Menor conhecimento da per. Serviços e Instituições	- Pouca Informação - Formação Paralela Cultural	- DIFICULDADE DE ACESSO - DESPENSAS - Pouca REGULAR	SAÚDE
- Dificuldade de Integração	- Promoção da Interculturalidade - Intervenções para Intervenções	- DIFICULDADE RECURSO DE ESPECIALISTAS	EDUC.
- Promover o intercâmbio entre Culturas	- Promover a integração entre culturas	- Culturas entre culturas, mobilizar	COESÃO



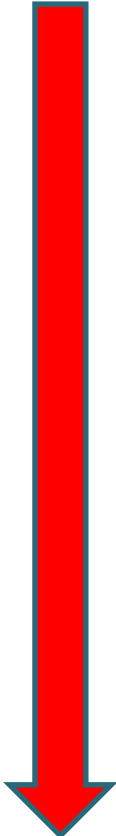


Conclusões: AS LEIS

- 
- 
- Grande potencial
 - Legislação adequada, inclusiva, avançada, ambiciosa, abrangente (Lei Antidiscriminação, p. ex.)
 - Normas adaptam-se a várias escalas (local, nacional, UE,...)
 - Alguns artigos possibilitam a regularização extraordinária (88º e 89º, p. ex.)



Conclusões: AS LEIS

- 
- Muitos entraves à sua aplicação (articulação nacional/local, p. ex.) e monitorização
 - Dificuldades de implementação (Por exemplo, na inscrição na SS, na queixa de discriminação, que é burocrática e exige confronto com o agressor)
 - Mesmo organismo: entendimentos diferentes da Lei
 - Quantidade excessiva (dispersa, dificilmente conhecida pela população)
 - Deficit de conhecimento, comunicação e formação entre os profissionais sobre a legislação
 - Desconhecimento da Lei por parte dos imigrantes e da população, em geral (Falta de cultura cívica)
 - Discurso político fantasioso
 - Desajustada ao nível da Educação e Saúde
 - Contraditória, por vezes: perda de direitos adquiridos (Lei de asilo, p. ex.)
 - Não abrange todas as áreas da integração do imigrante da mesma forma (lacunas ao nível da habitação, p. ex. ou no caso de profissões como vendedor ambulante)
 - Em algumas áreas, atos legislativos com menor força (circulares, despachos,...) fragmentam as políticas e retiram-lhes coerência
 - Parece, por vezes, um código penal para o imigrante e não uma consagração de direitos
 - Devia ter em conta a história pessoal e não apenas o momento presente (reunificação familiar)
 - Aplicação da retroatividade na Lei da Nacionalidade (especialmente para jovens)

Conclusões: AS LEIS



Sugestões de melhoria:

- Maior divulgação da legislação, simplificando a sua apresentação
- Monitorização da aplicação da Lei
- A Lei deve consagrar direitos inalienáveis (como o reagrupamento familiar), reduzindo a margem para as exceções e impedimentos (salário superior a 700 euros, p.ex.)
- Disseminação das diretivas internas a nível local
- Maior participação a nível local no diagnóstico que leva à criação das políticas (Trabalhar “de baixo para cima”)
- Uniformização de instrumentos e procedimentos à escala nacional
- Reforço do investimento nas competências interculturais e na formação dos RH
- Aumento dos Recursos humanos e financeiros nos serviços públicos
- Melhor articulação entre os diferentes setores (através de mediadores, p.ex.)
- Redução substancial de taxas (nacionalidade, residência, saúde)
- Reavaliação dos impedimentos para a aquisição da nacionalidade e autorização residência
- Maior flexibilidade nos requisitos para o reagrupamento familiar

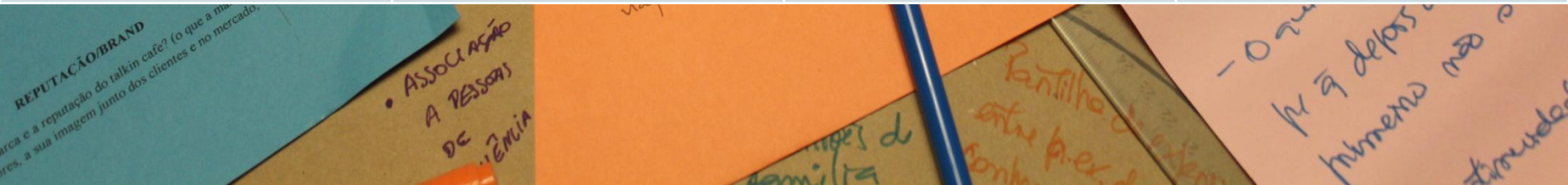
Conclusões: Habitação/Educação/Saúde/Coesão

	OPORTUNIDADES	DESAFIOS	CONSTRANG.
HABITAÇÃO	<ul style="list-style-type: none">-Direito à habitação consagrado na Constituição- Programas locais de acesso à habitação social: trabalho de proximidade e de forma integrada/habitação social integradora-Centros de acolhimento do imigrante-Maior divulgação das políticas existentes- Programas de integração intercultural (entre moradores nacionais e imigrantes nos bairros)	<ul style="list-style-type: none">-Dar a conhecer a Lei da Habitação ao imigrante- Aplicá-la uniformemente- Contrariar os preconceitos dos senhorios e a discriminação no acesso ao crédito-Bairros “de barracas” e de génese ilegal-Sobreocupação das habitações- Aumentar o número de alojamento a preços acessíveis	<ul style="list-style-type: none">-Ausência de políticas de apoio financeiro ao arrendamento- Dificuldades com a língua portuguesa-Falta de políticas de habitação social-Especulação imobiliária-Difícil acesso ao crédito-Fiador nacional-Incumprimento da legislação (Arrendamento sem contrato/Declaração ao fisco)- Segregação territorial

Conclusões: Habitação/Educação/Saúde/Coesão



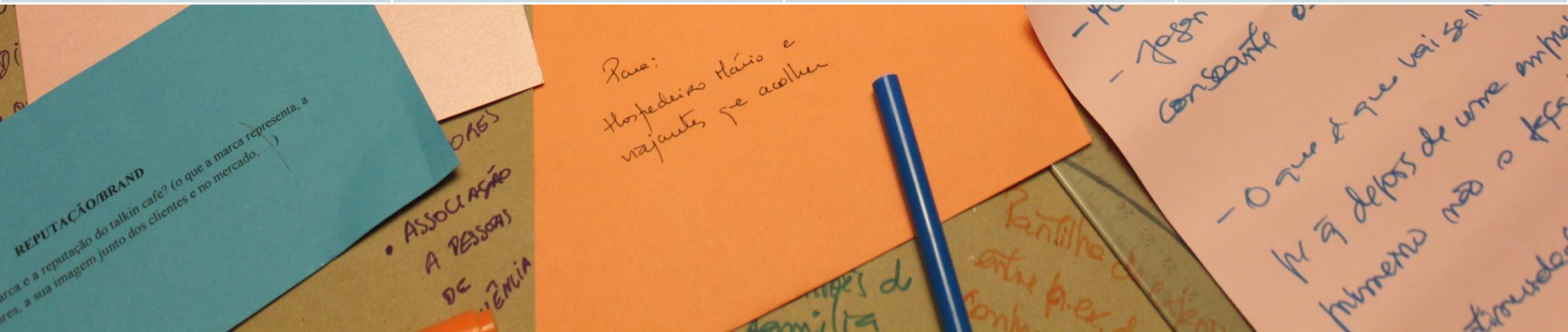
	OPORTUNIDADES	DESAFIOS	CONSTRANG.
EDUCAÇÃO	<ul style="list-style-type: none">-Grande diversidade cultural e social no contexto escolar-Existência de programas específicos locais	<ul style="list-style-type: none">-Ano zero de Português, logo no 1º ano/Português para imigrantes-Promoção da InterculturalidadeProgramas de educação e formação para adultos a longo prazo e consistentes- Aplicação uniforme da Lei	<ul style="list-style-type: none">-Dificuldades com a língua portuguesa/Acesso a cursos de Português-Difícil reconhecimento de equivalências e competências-Escassez de RH nas escolas- Currículo desajustado às realidades migratórias- Propinas elevadas



Conclusões: Habitação/Educação/Saúde/Coesão



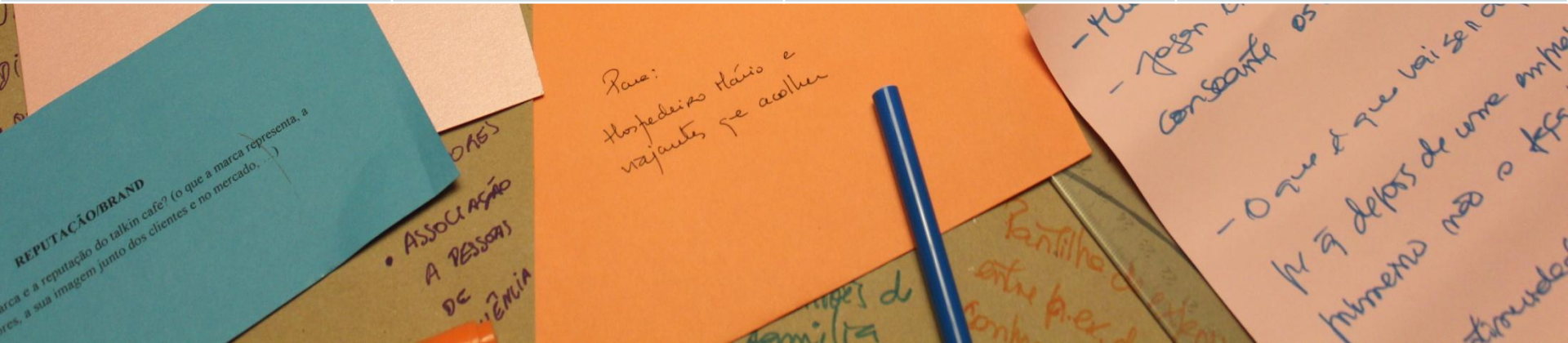
	OPORTUNIDADES	DESAFIOS	CONSTRANG.
SAÚDE	<ul style="list-style-type: none">-Maior conhecimento da Lei, atualmente-Sensibilidade e motivação de muitos profissionais para ultrapassar dificuldades	<ul style="list-style-type: none">-Criação de instrumentos que permitam uniformização de práticas-Formação dos RH sobre as diversas culturas	<ul style="list-style-type: none">-Dificuldades com a língua portuguesa-Formas diferentes de entender e aplicar as Leis-Dispendiosa



Conclusões: Habitação/Educação/Saúde/Coesão



	OPORTUNIDADES	DESAFIOS	CONSTRANGIM.
COESÃO SOCIAL	<ul style="list-style-type: none">-Programas sociais existentes- Maior reconhecimento do papel social do imigrante	<ul style="list-style-type: none">-Promoção do intercâmbio entre culturas-Manutenção dos programas em curso- Aplicação uniforme da Lei	<ul style="list-style-type: none">-Dificuldades com a língua portuguesa-Dificuldade de aproximar culturas (isoladas e separadas, ainda)- Austeridade



Conclusões: 2 cenários opostos

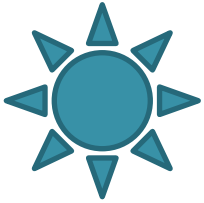


Ótimo

O imigrante...

- não se diferencia dos cidadãos nacionais no acesso às diversas dimensões da cidadania e aos direitos sociais;
- vive numa sociedade em que os mais novos aprendem os aspetos positivos da diversidade social e cultural;
- está informado e tem acesso aos serviços públicos e às instituições de apoio no âmbito local (respostas de proximidade);
- é reconhecido pelo seu valor social e não se sente alvo de discriminação;
- pode aceder a um percurso de sucesso escolar com as especificidades adequadas e no qual os professores têm competências interculturais; é apoiado na escola por mediadores socioculturais; os currículos prevêem as diferentes origens étnicas e culturas dos alunos e estudam –se as línguas dos países de origem dos alunos;
- tem acesso a habitação condigna e social (alojamento adequado às necessidades da família e à sua situação financeira), dispondo de diferentes formas de provar capacidade financeira (além do fiador nacional);

Conclusões: 2 cenários opostos



- vive com satisfação, integrado na comunidade, sem problemas financeiros, com trabalho, junto da família e com acesso a todos os direitos sociais (Justiça e participação política e cívica);
- o país que o acolhe promove a sua integração cultural, celebrando dias importantes de diferentes culturas e religiões
- tem consciência cívica e participa na vida política e social do país de acolhimento, sendo envolvido em processos participativos de definição de políticas;
- tem acesso igualitário aos cuidados de saúde, prestados por profissionais formados em competências interculturais, com conhecimento dos direitos do imigrante e apoiados por mediadores.

Conclusões: 2 cenários opostos



Péssimo

O imigrante...

- não usufrui ou é impedido de usufruir dos direitos sociais consagrados na Lei e das oportunidades no acesso à cidadania plena;
- não é apoiado pelas entidades sem fins lucrativos por falta de financiamento das mesmas;
- é vítima de racismo e segregação por parte das instituições e da sociedade e é considerado o único responsável pela sua própria integração;
- vive numa sociedade em que as instituições sabem que há aspetos que não estão a funcionar e não tentam encontrar estratégias para melhorar a situação;
- é discriminado no acesso à habitação, vive em *guetos*, isolado, empurrado para territórios vulneráveis, em condições precárias, sem apoio financeiro para a renda, em casas sobrelotadas, em “barracas” ou sem abrigo (aumento);
- tem dificuldades económicas, não consegue trabalhar e regularizar a sua situação ou trabalha em piores condições do que os nacionais
- não domina a língua do país e não tem acesso ao ensino do Português;

Conclusões: 2 cenários opostos



- não acede ao sistema educativo por falta de recursos financeiros ou termo de residência; não consegue ter sucesso escolar, tem dificuldade em adaptar-se e acaba por abandonar o sistema; a escola não promove o envolvimento da sua família; quando adulto, não dispõe de programas escolares de formação profissional e educação no âmbito da interculturalidade;
- sofre o impacto da falta de solidariedade social e de interação entre culturas;
- é alvo de políticas de integração do imigrante estigmatizantes, que não promovem a igualdade de direitos, antes fomentam a segregação;
- não pode recorrer a mediadores socioculturais, porque não existem;
- não acede aos serviços de saúde, porque está indocumentado, ficando excluído do SNS; sofre o impacto das taxas moderadoras;
- envolve-se ou é vítima de conflitos étnicos ou religiosos;
- nega ajuda.



Conclusões: estratégias locais



- Descentralizar de competências nas Autarquias e/ou áreas metropolitanas, com transferência de recursos humanos e financeiros
 - Melhorar, otimizar e articular as diferentes políticas e recursos, com acompanhamento e monitorização
 - Partilhar boas práticas locais e promover maior comunicação entre municípios
 - Estimular a participação na definição de medidas ancoradas em estratégias locais, criando plataformas de parceiros locais
 - Assegurar a paridade nas parcerias entre municípios, escolas, saúde, etc., dando voz aos imigrantes e envolvendo-os na comunidade a nível cívico, político, cultural e associativo
 - Criar plataformas/estruturas participativas, nas quais todos podem participar e tomar decisões democráticas (instituições públicas, privadas e do terceiro setor)
 - Formar e sensibilizar os agentes da Função Pública para as questões da integração, coesão e igualdade
 - Integrar as associações e instituições de apoio ao imigrante nos Conselhos Gerais das escolas/agrupamentos e melhorar as condições de trabalho dessas associações e entidades não lucrativas, em geral
 - Abrir e alargar horário de cursos de *Português para Todos*; criar medidas de apoio ao aluno imigrante
 - Facilitar o acesso à habitação (Subsídio de renda quando necessário, para facilitar acesso ao mercado livre da habitação)
 - Assegurar maior equidade na definição de taxas moderadoras e promoção do acesso generalizado aos cuidados básicos de saúde
 - Criar mecanismos de reconhecimento das competências e qualificações do imigrante
 - Criar Comissões Municipais do Imigrante e grupos de trabalho temáticos
- 